



Exmo/a Senhor/a  
**SNSV Soc Nacional Sinalização Vertical, Lda**  
Zona Ind. do Camporês - Apart.74 Avelar

3241-909 Ansião

Outros dados Entidade: 502613475 geral@snsv.pt

Referência	Data de emissão	Processo	Serviço emissor
Ofício n.º 2717 / 2022	27/01/2022	2021/300.10.005/1011	Contratação Pública

**Assunto: Notificação de adjudicação - Processo 2021/300,10,005/1011**

Exmo/a. Sr/a.,

Nos termos do disposto no art.º 77.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação - Código dos Contratos Públicos (CCP), informa-se V. Exas. que por Despacho do Sr. Vice – Presidente datado de 26/01/2022, foi adjudicada a V. Exas. a aquisição de sinalização vertical de trânsito pelo valor de € 5.994,26 (cinco mil novecentos e noventa e quatro euros e vinte e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Assim, deverá V. Exa. no prazo de 5 (cinco) dias úteis apresentar a Declaração Anexo II, prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 81º do CCP, na sua redação atual, de 31.08, cujo modelo se anexa, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP, respetivamente:

- Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos seus órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.



55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

Deverá ser disponibilizada Certidão de Registo Comercial ou o código de acesso para a sua consulta on-line, nos termos previstos no n.º 5 do art.º 75.º do Código de Registo Comercial e no art.º 17.º da Portaria n.º 1416-A/2006, de 19.12.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe da Divisão de Administração e Finanças  
(No uso de competências delegadas e/ou subdelegadas)

---